

## **A PRESENÇA FEMININA NO COLÉGIO PEDRO II**

**Nailda Marinho da Costa Bonato**

**Professora da Universidade do Rio de Janeiro - Unirio**

**Doutoranda da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp**

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que tem como objetivo resgatar a trajetória da educação feminina no Rio de Janeiro, no âmbito da escola pública. Aqui trato da presença de meninas, enquanto alunas, no Colégio Pedro II. Para o desenvolvimento da pesquisa venho vasculhando e garimpando fontes primárias, secundárias e iconográficas em diversos acervos. As utilizadas para a produção do texto apresentado foram encontradas nos seguintes acervos: Arquivo Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa, Arquivo Nacional, Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional e Biblioteca do Colégio Pedro II.

### **1. Breve histórico**

Espaço escolar de âmbito federal, o Colégio Pedro II foi fundado em 1837. De acordo com Escragnolle Doria (1939), professor emérito, em sua obra *Memória histórica do Colégio Pedro Segundo*, uma publicação comemorativa do 1º centenário daquela instituição escolar, em 2 de dezembro de 1937, o Colégio Pedro II teve origem no Seminário São Joaquim. A proposta de reorganização desse Seminário ocorreu na Regência de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, sendo Ministro da Justiça e Interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos. Através de um Decreto de 2 de dezembro de 1837 o Seminário foi batizado de “Collegio de Pedro Segundo”. A data foi escolhida de propósito por conta da data natalícia do Imperador Pedro II. A inauguração do Colégio de Pedro Segundo, aconteceu em 25 de março de 1838.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> No decreto de fundação e no regulamento de 1838 consta como denominação “Collegio de Pedro II”; porém em vários documentos como nos programas de ensino aparece a denominação “Imperial Collegio de Pedro II”. (Vechia e Lorenz, 1998, p.vii). Podemos verificar essa diversificação em algumas

Destinado a abrigar, instruir e educar exclusivamente alunos do sexo masculino, esse estabelecimento educativo representou por muito tempo o modelo de ensino secundário ministrado no país. O fato é que esse nível de ensino era próprio para quem pretendia continuar os estudos, o que não era compatível e por muito tempo, com o papel social designado ao sexo feminino naquela sociedade oitocentista, pois às mulheres era destinado o casamento, o lar e a maternidade. Com isso, para Araújo (1993, p.70), as poucas escolas existentes de *nível secundário particulares para meninas e a Escola Normal não se equiparavam, em nível acadêmico, ao Colégio Pedro II, exclusivamente masculino.*

Em 1857 ocorre a divisão do Colégio em dois estabelecimentos distintos – o Externato e o Internato do *Imperial Collegio de Pedro Segundo*.<sup>2</sup> Em 1889 o Colégio teve seu nome mudado para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, posteriormente, Ginásio Nacional. Em 1911 voltou a ser Colégio Pedro II.

## **2. A presença feminina 1: uma trajetória**

Ainda conforme Escragnolle Doria (1939, p.170), a abertura do ano letivo de 1883 no Externato seria marcado por novidade. O Dr. Candido Barata Ribeiro, lente de medicina, requereu matrícula no 1º ano para suas filhas Cândida e Leonor Borges Ribeiro. Ocupava a pasta do Império, o senador Pedro Leão Velloso, o qual por aviso de 22 de fevereiro de 1883 autorizou o reitor da Instituição a admitir no externato “alunos do sexo feminino”, por não existir disposição legal proibitiva. Além da filhas do médico, aproveitaram-se da concessão Maria Julia Picanço da Costa, Olympia e Zulmira de Moraes Kohn, também depois professoras municipais.” Podemos também constatar essa

---

fontes encontradas no acervo do Arquivo Nacional. Um documento de 1887 traz “Externato do Imperial Collegio de Pedro Segundo”; um outro de 1891, traz “Externato do Gymnasio Nacional” e também “Instituto Nacional de Instrução Secundaria”. Os documentos são referentes ao Curso Noturno Gratuito para o Sexo Feminino.

<sup>2</sup> Indicamos a obra organizada por Ariclê Vechia e Karl Michael Lorenz. *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998. 406p. Esta obra trás 15 programas elaborados para o Colégio Pedro II no período.

informação no verbete sobre Yvone Monteiro da Silva, aluna do Colégio em 1927, no *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até atualidade biográfico e ilustrado*. (Schumacher e Brazil, 2000, p.529).

Em 1885 havia no estabelecimento 15 alunas matriculadas e 5 ouvintes. O reitor solicitava ao Ministro a nomeação de uma inspetora, ponderando com tudo a conveniência de serem as alunas do Externato encaminhadas para outras instituições escolares adequadas ao sexo feminino. Das alunas do Externato uma contava 22 anos de idade, outra 16, a idade das demais variava entre 10 e 14 anos. Só uma aluna freqüentava o 3º ano, as outras matriculadas no 1º e 2º ano.

Finalizava o ano letivo de 1885 com a providência do ministro Mamoré no sentido de não mais serem admitidas alunas no Externato, pois o orçamento vigente não facultava verba para inspetora de alunas, por ser o Colégio destinado somente ao ensino de pessoas do sexo masculino. Mas como seria injusto deixar as alunas do Externato ao desamparo de instrução convinha encaminhá-las para a Escola Normal, para o Liceu de Artes e Officos<sup>3</sup> ou mesmo para o *Curso Noturno gratuito para o sexo feminino estabelecido no Externato do Instituto Nacional de Instrução Secundaria depois estabelecido no Externato do Gymnasio Nacional* fundado pelo professor José Manoel Garcia, ao qual dedicaremos uma seção à parte.

Com a transferência das alunas consolidada em 1889 para estabelecimentos de ensino “próprios para o sexo feminino”, volta aquela instituição educativa a ser exclusivamente para o sexo masculino até 1926. Neste ano, em virtude de uma interpretação dada pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino a um dispositivo do decreto n.16.782A, permitiu-se que no Externato ingressasse uma aluna de nome Yvonne Monteiro da Silva, matriculada aos 17 anos<sup>4</sup>, iniciando seus estudos no ano seguinte. Este ato, deu motivo a administração subsequente a aceitar a matrícula do sexo feminino.

---

<sup>3</sup> O liceu mantinha um curso de Ofícios para o sexo feminino.

<sup>4</sup> Ver verbete no *Dicionário Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até atualidade biográfico e ilustrado*. (Schumacher e Brazil, 2000, p.529).

Segundo Octacílio A. Pereira (1937, p.14), em 1927, encontravam-se matriculadas no Externato 27 (vinte e sete) meninas e 717 (setecentos e dezessete) meninos. Número que foi crescendo ao longo do tempo. Assim em uma década, o contingente de alunos matriculados era composto de 1.857 do sexo masculino e 639 do sexo feminino, num total de 2.496.

A presença feminina no no Colégio Pedro II representou, entre outras coisas, o atendimento de uma das reivindicações das camadas médias da sociedade e de parte do movimento feminista que se constituía na década de vinte, conforme documentos da Conferência pelo Progresso Feminino, realizada no Rio de Janeiro, naquela década.

### **3. A presença feminina 2: o debate na Conferência pelo Progresso Feminino**

No cenário do ano de 1922, realizava-se no Rio de Janeiro a Conferência pelo Progresso Feminino, organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino,<sup>5</sup> tendo como Presidente efetiva Bertha Lutz, também uma das diretoras da Federação. A Conferência trouxe algumas questões sobre a necessidade de aceitação de matrículas de meninas nos quadros do Colégio Pedro II, que cabe aqui destacar.

Na “Comissão de Educação e Instrução” da Conferência se colocavam preocupações com a formação escolar da mulher, envolvendo desta forma questões em torno da formação para o magistério primário, das profissões do comércio e ofícios, a função doméstica e a presença feminina no ensino secundário. Neste sentido, a entrada das mulheres no Colégio Pedro II e em outros cursos superiores era reivindicada.

Uma das responsáveis pela defesa da entrada de meninas no Colégio Pedro II era própria Bertha Lutz. Sua *Indicação* à Comissão de Ensino foi a seguinte:

---

<sup>5</sup>Acervo do Arquivo Nacional - AP 46 Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A entidade tinha como membros de sua Diretoria: Bertha Lutz; Stella Durval; Jeronyma Mesquita; Cassilda Martins; Esther Ferreira Vianna; Evelina Arruda Pereira; Berenice Martins Prates. No *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado, encontramos verbetes de algumas dessas mulheres, a saber: Bertha Lutz (ver p. 106-112); Stella Durval (ver p. 502); Jeronyma Mesquita (ver p. 290-291); Evelina Arruda Pereira (ver p. 214-215). Mantive os nomes grafados como aparecem no documento original. No *Dicionário* também encontramos um verbete referente a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino-FBPF (ver p. 217-225).

INDICAÇÃO

*Considerando existir actualmente no Brazil ensino primário, profissional e superior destinado ao sexo feminino;*

*Considerando existir ensino secundário official para o sexo feminino na maioria, senão na totalidade dos Estados;*

*Considerando não existir entretanto ensino official secundário para o sexo feminino no Districto Federal;*

*Considerando resintir-se a educação da mulher, do ponto de vista facilidade de adquirir cultura geral, como do preparo as escolas superiores franqueadas ao sexo feminino.*

*A Comissão de Ensino propõe que a Conferencia pelo Progresso Feminino lembre as autoridades competentes a conveniencia de ser franqueado ao sexo feminino o Collegio Pedro II de accordo com o projecto apresentado na Congregação e o voto nesse sentido no recente Congresso de Ensino, lembrando também as autoridades ser opportuno o momento actual, para franqueal-o já no próximo concurso de entrada afim de que pudessem apresentar-se candidatas do sexo feminino e sendo deste modo reparada quanto antes esta lamentável falha na instrucção do sexo feminino na nossa capital.*

Assina Bertha Lutz

*Sala das Sessões.*<sup>6</sup>

A falha na instrução das meninas, abordada por Bertha Lutz em sua fala, referente a não aceitação de matriculas das mesmas no Colégio Pedro II, só vai ser “reparada”, como vimos, em 1927, com a entrada de Yvonne Monteiro da Silva. No entendimento do *Dicionário Mulheres do Brasil*:

*Seu ingresso e conclusão do curso no Pedro II significou o fim da discriminação para com as mulheres. (Op. cit., p.529)*

---

<sup>6</sup> Acervo do Arquivo Nacional. AP 46.

#### **4. A presença feminina 3: o Curso Noturno gratuito para o sexo feminino estabelecido no Externato do Instituto Nacional de Instrução Secundária depois Externato do Ginásio Nacional**

Como vimos, em 1889, o Colégio Pedro II teve seu nome mudado para Instituto Nacional de Instrução Secundária depois Externato do Ginásio Nacional. Podemos constatar essa mudança nos documentos encontrados no acervo do Arquivo Nacional, assim como a existência do *Curso Noturno gratuito para o sexo feminino estabelecido no Externato do Instituto Nacional de Instrução Secundaria depois estabelecido no Externato do Gymnasio Nacional.*<sup>7</sup> Em um documento encontrado na Série Educação – Ensino Secundário – Fundo Ministério do Império, encontramos a denominação “Curso Nocturno Gratuito para o Sexo Feminino” e na linha de baixo “Estabelecido no Externato do Instituto Nacional de Instrucção Secundaria.”

Quanto a esse Curso, o Aviso n. 4613 de 17 de Novembro de 1883, do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao **Curso Nocturno Gratuito de ensino secundário para o sexo feminino**, estabelecido no *Externato do Imperial Collegio de Pedro II*, consta.

*“De accôrdo com o que Vm. informou em officio a este Ministério submetido pelo Reitor do Externato do Imperial Collegio de Pedro II, em que o Vice-Reitor do mesmo Externato Dr. José Manoel Garcia pede permissão para estebelecer no respectivo edificio, sob a direcção do primeiro dos referidos funcionarios, auxiliado pela vigilância de senhoras gradas, um curso nocturno gratuito de instrucção secundaria para o sexo feminino, compromettendo-se a conservar a mobília que for utilizada e a indemnizar a importância da despeza do gaz que exceder á que actualmente se faz, declaro a Vm. para fins convenientes, que concedo aquella permissão, sob as condições expostas, sendo previamente approvados por essa Inspectoria o regimento interno, os programmas do ensino e o pessoal.*

*Deus Guarde Vm.- (Assignado) Francisco Antunes Maciel.- Sr. Inspector da Instrucção primária e secundaria*

---

<sup>7</sup> Acervo do Arquivo Nacional. Série Educação – IE4 155.

*do Município da Corte.-Confere.- O secretario, Theophilo das Neves Leão.*

Em um outro documento remetendo a prestação de contas dos anos de 1891 e 1892 podemos observar a existência dessa escola noturna funcionando dentro do Externato do Gymnasio Nacional. Aqui transcrito:

*Snr. Dr. José Rodrigues Barbosa*

*Em cumprimento de minha promessa remetto-vos os documentos demonstrativos das despesas feitas no anno pp. com o curso nocturno para o sexo feminino que funciona neste Externato e do qual sou director.*

*Com estima e consideração*

*José [?]*

Na prestação de contas observamos gastos com a atividade de distribuição de prêmios às alunas. Das despesas da solenidade de distribuição de prêmios constam gastos eram com música (piano), flores, medalhas, velas, pessoal etc. Porém, um gasto se destaca como curiosidade, a compra de cerveja.

Da mesma série e fundo encontramos um convite do Diretor José Joaquim do Carmo, datado de 4 de janeiro de 1887<sup>8</sup>, enviado ao Conselheiro Senador Barão de Mamoré, Ministro Secretario d'Estado dos Negócios do Império

*...para assistir á distribuição dos prêmios ás alumnas do Curso Nocturno Gratuito para o Sexo Feminino a qual se há de realizar, neste Externato, no dia 8 do corrente mez, as 7 horas da noite, na Augusta presença de S. M. o Imperador.  
Deus Guarde V. Ex<sup>a</sup>*

Conforme o *Regulamento Orgânico*,<sup>9</sup> datado de 29 de dezembro de 1883 e assinado pelo professor José Manoel Garcia, o Curso foi estabelecido de conformidade com o *Aviso do Ministério* supracitado, compreendendo as seguintes matérias: Português,

---

<sup>8</sup> Acervo do Arquivo Nacional. Série Educação – IE4 50.

Italiano, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Matemáticas elementares, Geografia, História Geral, Cosmografia, Corografia do Brasil, História do Brasil, Retórica e Poética, História literária, Literatura nacional, Gramática histórica da língua portuguesa, Filosofia racional e moral, Ciências físicas e naturais, Higiene, Economia doméstica, Legislação usual, Pedagogia, distribuídas em 5 anos.

Segundo o mesmo *Regulamento* poderiam *freqüentar as aulas, sem distincção de nacionalidade, duas classes de alumnas*: as do **curso regular**, admitidas para aprenderem todas as matérias estabelecidas mediante aprovação nos exames de admissão e nos de passagem para os anos superiores ao primeiro; e as **alunas avulsas**, aquelas matriculadas nas aulas de sua livre escolha, ficando todavia sujeitas às lições, sabatinas e mais exercícios prescritos pelos professores.

Para se matricular a pretendente teria que apresentar prova documental de possuir mais de dez anos e se não fosse conhecida de funcionário do Curso, a de capacidade moral firmada pelo Inspetor do quarteirão de sua residência competentemente legalizada.

Os exames de admissão para o primeiro ano do curso regular tinha como conteúdo: leitura, escrita, noções essências de gramática portuguesa e prática das quatro operações aritméticas e de sistema métrico decimal, julgados por um júri composto de três professores, designados pelo Diretor. Seriam dispensadas dos exames de admissão as pretendentes à matrícula no curso regular que apresentassem certificados de aprovação, por qualquer estabelecimento oficial nas matérias alvo de admissão.

As matrículas seriam efetuadas na Secretaria do Curso, estando abertas do dia 7 ao último dia de janeiro. As aulas ocorreriam no período letivo de 3 de fevereiro a 31 de outubro de cada ano e funcionariam nos dias úteis das 18 às 21 horas, havendo entre uma e outra lição o intervalo de cinco minutos, sendo livre a freqüência às aulas, não havendo perda do ano letivo por faltas. As alunas, contudo, ficariam sujeitas às lições, sabatinas e demais exercícios escolares exigidos pelos professores. Respeitaria-se os feriados do *Imperial Colégio de Pedro II*.

---

<sup>9</sup> Acervo: Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Cód. 37, 26, 7. Regulamento orgânico do Curso Nocturno Gratuito de ensino secundário para o sexo feminino. Estabelecido no Externato do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1884.



No fim de cada trimestre, os respectivos professores abririam concursos entre todas as suas alunas para classificação das mesmas pelo mérito relativo, mediante provas escritas. A aluna que alcançar o primeiro lugar nesses concursos, teria preferência para prêmio no fim do ano. Esta premiação podemos constatar nos documentos já mencionados.

As Inspetoras de alunas tinham por incumbência *velar assiduamente pelo asseio, decência e comodidade das aulas e das salas destinadas para acompanhantes de alunas*; verificar todos os dias a completa interceptação da comunicação do lugar reservado para as alunas com outras partes do edifício; acompanhar as alunas que tiverem de sair das aulas durante as lições para qualquer necessidade; impedir a comunicação das alunas com quem que seja nos corredores; indicar as pessoas que acompanharem as alunas a sala que lhes estiver destinada, na qual só poderão conservar-se as do mesmo sexo.

A *manutenção do* Curso dependeria de donativos em numerário do fundador e os particulares, entre outras possibilidades. Da quantia arrecadada, dois terços seriam destinados a formar o **fundo disponível**, que serviria para fazer face às despesas ordinárias do Curso e o outro terço constituiria o **fundo de reserva**. O fundo disponível seria depositado no Banco do Brasil ou em outro banco de credibilidade, de onde a ecônoma retiraria a quantia necessária a cada mês para as despesas.

### **À guisa de conclusão**

A pesquisa se encontra em andamento, por isso o texto apresentado é preliminar. Apresentamos aqui alguns dados iniciais para se estudar a presença feminina no conceituado Colégio Pedro II, na Primeira República. Mas, precisamente, falamos sobre a inserção das mulheres, enquanto alunas, numa instituição educativa considerada, então, modelo de educação no país. De maneira mais abrangente, trouxemos à cena uma pequena contribuição histórica à discussão em torno do direito das pessoas, seja do sexo masculino ou feminino, de possuírem uma educação de qualidade, entre outras possibilidades.

## FONTES IMPRESSAS

ÁLBUM do Colégio Pedro II. **Internato do Gymnasio Nacional do Rio de Janeiro**. Lisboa: Typographia da “A Editora”, 1909. Acervo do Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Pedro Nava.

ESCRAGNOLLE DORIA, Luiz Gastão de. Memória histórica. Prof. Emérito do Collegio de Pedro Segundo. **Comemorativa do 1º Centenário do Collegio de Pedro Segundo (2 de dezembro de 1837 – 2 de dezembro de 1937)**. Publicação oficial sob os auspícios do Ministério da Educação. Rio de Janeiro, [1939].

PEREIRA, Otacílio A. **O Colégio Pedro II nos últimos dez anos (1927-1927)**. Artigos publicados no “*jornal do Comercio*” por ocasião dos festejos do 1º Centenário do Colégio Pedro II e mandados reunir pelo Comissão dos mesmos festejos. Rio de Janeiro, dez. 1937.

REGULAMENTO orgânico do Curso Nocturno Gratuito de ensino secundário para o sexo feminino. Estabelecido no Externato do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1884. Acervo Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

## FONTES MANUSCRITAS

ACERVO do Arquivo Nacional. IE4 155 - Série Educação – Ensino Secundário – Fundo Ministério do Império -. Curso Noturno gratuito para o sexo feminino estabelecido no Externato do Instituto Nacional de Instrução Secundaria depois estabelecido no Externato do Gymnasio Nacional. Ver o livro da BN .

ACERVO do Arquivo Nacional. AP 46, cx 2 - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

## FONTES SECUNDÁRIAS

SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital (org.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500n até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

VECHIA, Ariclê, LORENZ, Karl Michael (org.). **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Ed. do Autor, 1998. 406p.

